

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Administração Pública		
Disciplina: Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	Código: 85802	
Carga horária: 72 horas (60h)	Período letivo: 2020/2	Termo: 8º matutino
Professor(a): Maria Clara Figueiredo Dalla Costa Ames		
Contato: mariaclaraames@gmail.com		

II. EMENTA

A aprendizagem formal e a experiência em administração pública: a relação entre teoria e prática. Estilos, atores, atividades e instrumentos de implementação. As práticas de administração pública por meio de estudos de caso. Consultoria de Procedimentos, a relação entre teoria e prática. Estilos, atividades e instrumentos. As práticas de consultoria de procedimentos por meio de estudos de caso.

III. OBJETIVOS

Geral: Apresentar e discutir o conceito de implementação de políticas públicas, o papel dos atores na implementação, as atividades e os instrumentos utilizados para implementar a política pública. Realizar uma atividade de consultoria que impacte a política pública.

Específicos:

- Discutir o conceito de Implementação de política pública.
- Analisar os diferentes estilos de implementação de políticas públicas.
- Apresentar e discutir os atores envolvidos no processo de implementação da política pública
- Analisar os vários instrumentos de implementação de política
- Desenvolver na prática a consultoria de procedimentos.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Políticas Públicas e Ciclo de Políticas Públicas: Revisitando conceitos

2. Implementação de políticas públicas

- 2.1. Conceitos, atores e atividades na Implementação de Políticas Públicas
- 2.2. Barreiras à implementação de políticas públicas
- 2.3. Estudos de Implementação de Políticas Públicas: Pressman e Wildavsky
- 2.4. Estilos básicos de Implementação: Debate top-down vs. Bottom-up
- 2.5. Implementação como Design de política
- 2.6. Teorias sobre a escolha do instrumento político
- 2.7. Instrumentos substantivos de política pública;
- 2.8. Instrumentos políticos procedimentais.

3. Consultoria de Procedimentos: Teoria e prática

- 3.1. Definições e distinções entre consultoria de procedimentos e consultoria tradicional
- 3.2. Habilidades transformadoras e papéis escolhidos de um consultor
- 3.3. Etapas do processo de consultoria de procedimentos.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

O semestre letivo será conduzido por meio de aulas síncronas e assíncronas (50% para cada formato). O cronograma das aulas e respectivos materiais seguem disponíveis via Moodle.

As aulas contemplam propostas expositivo-dialogadas, estudos de caso e estudos dirigidos, com a utilização de aplicativos que favoreçam a interação e a aprendizagem. A disciplina será conduzida por meio da plataforma **Moodle**, com o uso de materiais complementares, como vídeos, slides e exercícios. Os materiais de leitura e orientações da disciplina, bem como links para tarefas, atividades e avaliações serão disponibilizados na plataforma Moodle.

As **aulas síncronas** serão realizadas preferencialmente via aplicativo **Moodle/bbb**, podendo envolver outras ferramentas para interação entre alunos e professor, como fórum e enquetes. Nelas serão realizados debates e apresentação de trabalhos em grupo.

Para as **aulas assíncronas** o aluno será orientado a realizar atividades e a acessar conteúdos complementares, como vídeos e exercícios. Quando for o caso, os exercícios devem ser submetidos ao professor via Moodle.

O envio de mensagens entre alunos e professor pode ser realizada, preferencialmente, via Moodle, pelo sistema Polvo ou por e-mail.

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação é formado por três atividades avaliativas, como descrito abaixo.

1) Atividade em grupo: análise e apresentação de um programa ou política pública, considerando abordagens, atores e instrumentos de implementação relacionados. (peso 10%).

2) Atividade avaliativa 1 (individual) – questões e exercícios sobre a disciplina (peso 30%): política pública e implementação de políticas públicas.

3) Consultoria - em grupo (peso 60%). A nota é composta conforme detalhamento a seguir:

a) Apresentação parcial oral da Consultoria – 10%

b) Relatório em formato de Artigo – 20% - Serão considerados na avaliação: clareza e estilo de linguagem (respeito à norma culta); qualidade do diagnóstico; pertinência das alternativas de solução; base argumentativa para as alternativas, fazendo relação com teorias, conceitos, modelos, instrumentos, etc; respeito às regras da ABNT; cumprimento dos prazos estabelecidos.

c) Processo da Consultoria – 30% - Serão considerados na avaliação: Reflexão e discussão entre os integrantes do grupo na construção do produto da consultoria; flexibilidade, criatividade e busca de alternativas do grupo para enfrentar possíveis entraves à condução do processo de consultoria; proatividade; pertinência das alternativas de solução proposta e sua relação com teorias, conceitos, modelos e instrumentos; participação e assiduidade nas atividades de campo e sala de aula; apresentação oral, considerando, clareza, pertinência dos dados apresentados, uso adequado do tempo, uso de recursos estéticos; e cumprimento dos prazos.

Na atividade avaliativa, as respostas de caráter interpretativo serão consideradas corretas ou parcialmente corretas quando apresentarem reflexões lógicas, coerentes e fundamentadas ou articuladas ao conteúdo estudado.

Apresentações de trabalhos (individual ou em grupos): salvo força maior, todos os integrantes do grupo deverão participar ativamente da apresentação. Nas arguições orais: apreensão e clareza do conteúdo; postura e atitudes coerentes com as orientações e propostas da disciplina; criatividade e adequação dos recursos didáticos; objetividade e expressividade na apresentação. - nos trabalhos apresentados por escrito: lógica na escrita, com a utilização dos principais conceitos estudados; criticidade das argumentações; clareza conceitual; correta ortografia; cumprimento às normas de elaboração de trabalhos acadêmicos (normas da ABNT).

Propõe-se estabelecer um ambiente de respeito, bom relacionamento interpessoal entre todos os envolvidos na disciplina – alunos e professora. Para tanto, demonstrar maturidade e postura ética, de responsabilidade e compromisso com a própria aprendizagem são requisitos fundamentais.

Para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem é importante:

Cumprir os prazos determinados para entrega de trabalhos. Trabalhos em atraso serão descontados 30% do valor da nota e trabalhos nos quais se constatar evidência de cópias de outros trabalhos, livros ou da internet, sem a devida e correta menção às fontes, serão desconsiderados e não poderão ser refeitos.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Art. 1º - O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em um das seguintes situações:

I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;

III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;

IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o óbito;

V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;

VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;

VII - direitos outorgados por lei;

VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;

IX – convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;

X – convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato ou de documento equivalente.

Leia a resolução na íntegra na página da Secretaria dos Conselhos:
http://www.ceavi.udesc.br/arquivos/id_submenu/371/039_2015_cpe.pdf

VII. CRONOGRAMA DAS AULAS

AULA	DATA	TEMAS DA AULA	CH	HORÁRIO	FORMA	ATIVIDADE
1	05/11	Plano de Ensino e cronograma. Experiências e áreas de interesse para o desenvolvimento da consultoria de procedimentos.	2h	8h20 – 10h	Síncrona	Sala de Aula no Moodle/bbb
		Revisão conceitos de Políticas Públicas (PP). Introdução estudos de implementação de políticas públicas	2h		Assíncrona	Vídeo+ exercício
2	12/11	Implementação de políticas públicas. Atores, Instituições e abordagens top-down e bottom-up.	2h	8h20 – 10h	Síncrona	Sala de Aula no Moodle/bbb

		Revisão PP - continuação	2h		Assíncrona	Vídeo + caso
3	19/11	Instrumentos de Políticas Públicas.	2h	8h20 – 10h	Síncrona	Sala de Aula no Moodle/bbb
		Tipos de instrumentos procedimentais e substantivos	2h		Assíncrona	Vídeo + Pesquisa de um exemplo
4	26/11	Instrumentos de pp do contexto brasileiro - discussão	2h	8h20 – 10h	Síncrona	
		Estudo de caso: análise de um Programa de Política	2h		Assíncrona	Vídeo + questões
5	03/12	1) Atividade em grupo: Apresentação da análise de um Programa ou política	2h	8h20 – 10h	Síncrona	Sala de Aula no Moodle/bbb
			2h		Assíncrona	Questões (3)
6	10/12	1) Atividade em grupo: Apresentação da análise de um Programa ou política	2h	8h20 – 10h	Síncrona	Sala de Aula via Moodle/bbb
			2h		Assíncrona	Questões (3)
7	17/12	2) Atividade Avaliativa	4h	8h20- 11h55	Síncrona	Como Tarefa no Moodle
8	04/02 /2021	Retomada da disciplina. Consultoria de Procedimentos.	2h	8h20-10h	Síncrona	Sala de Aula via Moodle/bbb
			2h		Assíncrona	Vídeo
9	11/02	Reunião com Gestores	4h	8h20-10h e 10h15- 11h55	Síncrona	Sala de Aula via Moodle/bbb ou aplicativo acessível para a organização
10	18/02	Consultoria de Procedimentos. Diagnóstico.	2h	8h20-10h	Síncrona	Sala de aula Moodle/bbb
			2h		Assíncrona	Vídeo + exercícios
11	25/02	Reunião com Gestores	4h	8h20-10h e 10h15- 11h55	Assíncrona e Síncrona	Sala de Aula via Moodle/bbb ou aplicativo acessível para o órgão onde a atividade prática será desenvolvida

12	04/03	Consultoria de Procedimentos: etapas do processo. Discussão e acompanhamento.	2h	8h20-10h	Síncrona	Moodle/bbb
			2h		Assíncrona	Desenvolvimento das atividades pelos integrantes do grupo
13	11/03	Reunião com Gestores	4h	8h20-10h e 10h15-11h55	Síncrona	Moodle/bbb ou aplicativo acessível para a organização
14	18/03	Data dedicada ao trabalho de atendimento da demanda, atendida pelo grupo. Relatório	4h		Assíncrona	Desenvolvimento das atividades pelos integrantes do grupo, conforme demanda identificada, com o suporte da professora.
15	25/03	3) Apresentação do resultado da Consultoria aos gestores e à turma	4h	8h20-10h e 10h15-11h55	Síncrona	Google Meet + entrega relatório via Moodle.
	07/04 à 13/04	Período de exames finais				

VIII. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The new public service: serving, not steering**. New York: M.E.Sharpe, c2003. cap.6, p.103-117.

FISCHER, S.D.; SCHOMMER, P.C.; MAMEDE, C.R.S. Interdisciplinaridade e competências na articulação entre universidade e serviço público: a experiência do Laboratório de Consultoria em Serviços Públicos. **I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas – ENEPCP**. Brasília, 2015 (pp.25).

HOWLETT, Michael. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. 2ed. Canadá: Oxford, 2003. Cap. 4; 8 (NOPRELO)

SCHEIN, Edgar. **Consultoria de procedimentos: seu papel no desenvolvimento organizacional**. Editora Edgard Blucher Ltda. 1972.

WU, Xun et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2015.(On-line).

COMPLEMENTAR

ANTONACOPOULOU, E. Desenvolvendo gerentes aprendizes dentro de organizações de aprendizagem: o caso de três grandes bancos varejistas. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.). **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática**. São Paulo: Atlas, 2001 (pp. 263-92).

ARAUJO, L. **Knowing and learning as networking**. *Management learning*, v. 29, n. 3, pp. 317-36, sept., 1998.

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Organizational learning II: theory, method and practice**. Reading, Mass: Addison Wesley, 1996.

BARDACH, Eugene. **The implementation game: what happens after a bill becomes a law**. Cambridge, MA: MIT Press, 1977.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **La política de las políticas públicas: progreso económico y social en América Latina**. Informe 2006. Disponível em: <http://www.iadb.org/pub>.

BOSSIDY, Larry. **Execução: a disciplina para atingir resultados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BOWMAN, Ann O`M. **Policy implementation**. Encyclopedia of Public Administration and Public Policy. Taylor & Francis. New York. Second Edition. Vol.3, p.1487-1490, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Estatuto da Cidade – **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257/ 2001 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASY, Christopher. **Os cinco níveis de influência: um plano de cinco etapas para criar e manter uma sólida liderança nas organizações**. Rio de Janeiro:Elsevier, 2008.

FISCHER, Sulivan Desirée. **Implementação da Política Descentralizada de Ensino Fundamental: um estudo sobre a gestão escolar em Municípios do Estado de Santa Catarina**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FISCHER, S. D.; HORN, F.B.; SCHOMMER, P.C.; SANTOS, J. G.M dos. Competências para o Cargo de Coordenador de Unidade Básica de Saúde. **TAC**, Rio de Janeiro, v.4, nr.2, art. 3, pp. 117-31, Jul./Dez. 2014.

FISCHER, S.D.; Participação na implementação da política pública de ensino fundamental: Um estudo de cas nas escolas públicas municipais no estado de Santa Catarina. In: Campo de públicas em Ação. **Coletânea em Teoria e Gestão de Políticas Públicas**. Org. Luciana Leite Lima; Maria Isabel Araújo Rodrigues. Porto Alegre. Ed. UFRGS/CEGOV, 2017. p.230-260.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M.; FLEURY, A.C.C. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, 2001.

GOGGIN, Malcolm L. et al. **Implementation theory and practice: towards a third generation**. Glenview: Scott, Foresman and Co., 1990.

GRINDLE, Merilee S. (Ed.). **Politics and policy implementation in the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de Nível de Rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. (Trad. Arthur E. M. Cunha). Brasília: Enap, 2019 [1980].

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. **Implementation and public policy**. Chicago: Scott Foresman, 1983.

MARTINS, Simoni. O Processo de Implementação do Projeto Jaíba na Percepção de Atores Políticos e Burocratas. **Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro. EnANPAD 2008. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/evento.php>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

MEDEIROS, J. P. de; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater –

RN. **Revista de Administração Pública**. vol.41, n.1, p.63-81. jan./fev. 2007.

NAJAM, Adil. **Learning from the literature on policy implementation: a synthetic perspective**. Luxenburg, Austrália: IIASA, 1995. IIASA Working Paper 95-61.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Implementing Environmental Policies in Developing Countries through Decentralization: The Case of Protected Areas in Bahia, Brazil, **World Development** (Elsevier Science), 2002, 30 (10) October, p. 1713-1736.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. vol.40, n.1, p.273-288. mar./abr. 2006.

PALUMBO, Dennis J.; HARDER, Marvin A. Introduction. In: PALUMBO, Dennis J.; HARDER, Marvin A. (Eds.). **Implementing public policy**. Lexington: Lexington Books, 1981.

PRESSMAN, J.L.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation**. 3ed. Berkeley: University of California Press, 1984.

PUTNAM, R.D. et.al. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução por Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro:Ed. da FGV, 2002.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and a suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SOUZA, Celina. Sistema brasileiro de governança local: Inovações institucionais e sustentabilidade. In: LUBANDO, Catia, et.al.(org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.108-130.

TEIXEIRA, Janssen Edelweiss Nunes Fernandes. Análise da implementação de políticas públicas educacionais na Bahia: as relações entre a certificação ocupacional de dirigentes e o planejamento estratégico das escolas. Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. **EnANPAD 2008**. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/evento.php>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos – Uma visão crítica**. Tradução por Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme et.al.. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. Encontro de Administração pública e governança. Salvador. **EnAPG, 2008**. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/evento.php>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

VAN METER, Donald; VAN HORN, Carl E. The policy implementation process. **Administration and Society**, v. 6, n. 4, p. 445-488, 1975.